

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**COMPREENDER O FENÓMENO DA VIOLAÇÃO: FATORES DE RISCO
ASSOCIADOS À PRÁTICA DA AGRESSÃO SEXUAL**

Cláudia Regina Gonçalves de Oliveira

outubro 2016

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade
do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Jorge Negreiros*
(FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Ao meu orientador, *Professor Doutor Jorge Negreiros*, por toda a ajuda ao longo da execução deste trabalho, por toda a paciência para esclarecer as minhas constantes dúvidas e inquietações e por ter abraçado o projeto que eu tanto queria trabalhar.

À *Doutora Lídia Borges*, minha orientadora no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, pela forma como me recebeu, me ensinou e me deixou voar sozinha. Por todos os conselhos, toda a ajuda e toda a disponibilidade do mundo, obrigada.

À *Doutora Paula Feixa*, por me fazer sentir bem-recebida desde o primeiro dia de estágio e por ter estado sempre disponível para tudo o que precisei.

A todos os *participantes* que contribuíram para este estudo, obrigada pela confiança e por partilharem comigo aspetos tão privados da vossa vida.

Aos “*meus*” *reclusos*, aqueles que, mesmo sem saberem, todos os dias me incentivaram a ser melhor, a fazer melhor e a pensar para lá dos muros. Obrigada pela grande lição que me deram.

Ao *Bruno*, à *Carla* e à *Marisa*, por me mostrarem que os laços que construímos na faculdade não se destroem. Por me ensinarem tanto, por me mostrarem que podemos sempre fazer mais e melhor. Voltava a escolher-vos sem pensar duas vezes.

À *Spinelli*, por toda a partilha ao longo deste percurso, pelas conversas de incentivo e por me fazer rir em todos os momentos de quase desespero.

À *És-pé-rola*, à *Smurfina*, e à *Má-falas* por todas as horas de partilha de dúvidas e angústias, de amizade e de disponibilidade e por nunca deixarem de ser uma fonte de incentivo.

Aos *meus pais* e à *minha irmã*, pelo incentivo, ajuda e disponibilidade. Por fazerem sempre tudo por mim e por nunca duvidarem que seria capaz. À minha mãe, obrigada pela força com que vives, com que lutas e que contagia toda a gente à tua volta. Ao meu pai, obrigada por me ensinares desde sempre que o trabalho honesto e sincero é a melhor forma de talharmos o nosso caminho. À minha irmã, obrigada por me ensinares o verdadeiro sentido de ser uma irmã mais velha.

À minha *família*, obrigada pela preocupação constante e pela confiança que sempre tiveram em mim. Obrigada pelo amor incondicional que todos os dias fazem questão de me demonstrar, são verdadeiramente os melhores do mundo.

Resumo

A investigação do comportamento criminal e, mais concretamente, do comportamento sexual agressivo reveste-se de fulcral importância não apenas do ponto de vista do conhecimento científico, mas também como ferramenta criadora de uma mais ampla e eficaz intervenção com vítimas e agressores. A identificação e compreensão dos fatores que poderão ter influência na prática de crimes sexuais constitui um passo importante para que se delineiem práticas de prevenção e de intervenção mais adequadas e eficazes.

Neste sentido, o estudo apresentado pretende ser mais um contributo no domínio da investigação da agressão sexual, analisando, ao nível dos principais fatores de risco mencionados na literatura da especialidade, sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais, crimes não sexuais e sujeitos sem qualquer contacto com o sistema de justiça.

Foi-nos possível concluir que os agressores sexuais evidenciam maiores índices de agressividade, de depressão e de consumo de álcool, um maior número de distorções cognitivas, veiculadas através de crenças acerca da violência sexual e mais relatos de violência psicológica durante a infância, perpetrada por progenitores/cuidadores. Os resultados, além de confirmarem o referencial teórico, permitem alargar as explicações acerca do fenómeno da violência sexual e contribuir para uma visão menos linear do mesmo.

Palavras-chave: agressão sexual, fatores de risco, violação.

Abstract

The investigation of the criminal behavior and, in particular, of sexual aggressive behavior is of crucial importance not only from the point of view of scientific knowledge, but also as a creative tool for a wider and more effective intervention with victims and perpetrators. Identifying and understanding the factors that may have influence on the practice of sexual offenses is an important step to delineate prevention practices and more appropriate and effective intervention.

In this sense, the study presented aims to be another tool in the field of sexual assault investigation, analyzing the level of the main risk factors mentioned in the literature, individuals convicted of sexual offenses, nonsexual crimes and subjects without any contact with the justice system.

We were able to conclude that sexual offenders show higher aggression rates of depression and alcohol consumption, a greater number of cognitive distortions, conveyed through beliefs about sexual violence and more reports of psychological violence during childhood, perpetrated by parents/caregivers. The results, in addition to confirming the theoretical framework, allow to extend the explanations about the phenomenon of sexual violence and contribute to a less linear view of it.

Keywords: sexual aggression, risk factors, rape.

Résumé

L'investigation sur le comportement criminel et, en particulier, du comportement sexuel agressif est d'une importance cruciale, non seulement du point de vue de la connaissance scientifique, mais aussi comme un outil de création pour une intervention plus évasé et plus efficace avec les victimes et les auteurs. Identifier et comprendre les facteurs qui peuvent avoir une influence sur la pratique des crimes sexuelles est une étape importante pour délinéer pratiques de prévention et une intervention plus appropriée et efficace.

En ce sens, l'étude vise à être un autre outil dans le domaine de l'investigation sur l'agression sexuelle, analysant au niveau des principaux facteurs de risque mentionnés dans la littérature, les personnes reconnues coupables de crimes sexuelles, de crimes non sexuels et des sujets sans aucun contact avec le système de justice.

On a conclu que les délinquants sexuels montrent des taux d'agressivité plus élevés de dépression et de la consommation d'alcool, un plus grand nombre de distorsions cognitives, véhiculées par les croyances sur la violence sexuelle et d'autres rapports de violence psychologique pendant l'enfance, perpétrés par les parents / tuteurs. Les résultats, en plus de confirmer le cadre théorique, permettent élargir les explications sur le phénomène de la violence sexuelle et contribuer à une vision moins linéaire de celui-ci.

Mots-clés: agression sexuelle, facteurs de risque, violation.

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. Perspetivas teóricas da agressão sexual	2
1.2. Modelos Teóricos da Agressão Sexual.....	4
1.2.1. Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner	4
1.2.2. Modelo de Malamuth, Check e Briere.....	4
1.2.3. Modelo de Compreensão da agressão sexual de Marshall e Barbaree	5
1.2.4. Modelo “Quadripartido” de Hall e Hirschman.....	6
1.2.5. Modelo das Teorias Implícitas de Ward.....	8
1.3.1. Agressividade	10
1.3.2. Busca de sensações.....	10
1.3.3. Agressão sexual e sintomatologia psicopatológica	11
1.3.4. Distorções cognitivas na agressão sexual	11
1.3.5. Agressão sexual e consumo de substâncias.....	12
1.3.6. Experiências de violência na infância de agressores sexuais	13
2. Método	15
2.1. Objetivos do estudo	15
2.2. Amostra.....	16
2.3. Instrumentos.....	17
2.3.1. Questionário sociodemográfico	17
2.3.2. BPAQ-SF - Questionário de Agressividade de Buss & Perry, 1992.....	18
2.3.3. Escala de Busca de Sensações Sexuais de Kalichman, 1994	18
2.3.4. ECVS – Escala de Crenças sobre a Violência Sexual	19
2.3.5. BSI – Brief Symptom Inventory de L. Derogatis, 1982.....	20
2.3.6. ASSIST – Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test ..	20
2.4. Procedimento	21
3. Análise dos resultados.....	22
4. Discussão dos resultados.....	29
5. Considerações finais.....	35
Referências bibliográficas	38
Anexos.....	44

Índice de tabelas

Tabela 1: Nível de agressividade	23
Tabela 2: Comparações múltiplas da variável agressividade	23
Tabela 3: Nível de busca de sensações sexuais	23
Tabela 4: Comparações múltiplas da variável busca de sensações sexuais	23
Tabela 5: Análise da variável distorções cognitivas	24
Tabela 6: Comparações múltiplas da variável distorções cognitivas	25
Tabela 7: Análise da variável sintomatologia psicopatológica	25
Tabela 8: Comparações múltiplas da variável depressão	25
Tabela 9: Níveis de risco para o consumo de álcool e outras substâncias	27
Tabela 10: Testemunho e violência entre progenitores/cuidadores	28
Tabela 11: Violência exercida contra o próprio	28

1. Introdução

“Rape is a crime of violence, and sex is the weapon used”

(Holmes & Holmes, 2009)

A violação de mulheres não é um fenómeno recente. De facto, este comportamento tem uma longa história e é transversal a diferentes tipos de sociedades (Sanday, 1981). A agressão sexual pode ter um “efeito devastador e prolongado” nas suas vítimas (Gonçalves, 2004), levando-as muitas vezes a percecionarem-se como pessoas sem valor ou até a internalizarem sentimentos de responsabilidade pela sua vitimização (Holmes, 2009).

O Código Penal Português (2007) define o crime de violação no artigo 164º como

1- quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa: a) a sofrer ou praticar consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes de corpos ou objetos; é punido com pena de prisão de três a dez anos; e, 2- quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando da autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando-se de temor que causou, constranger outra pessoa: a) a sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; b) a sofrer introdução vaginal ou anal de partes de corpos ou objetos; é punido com pena de prisão até três anos.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) do ano de 2015, na categoria de crimes sexuais, o crime de violação foi o segundo mais reportado, com cinquenta e oito ocorrências, apenas precedido pelo abuso sexual de crianças. Ainda de acordo com o RASI, 95,6% dos arguidos são do sexo masculino e a sua maioria (31,3%) tem entre trinta e um e quarenta anos; no que concerne às vítimas, 92,7% são do sexo feminino e têm na sua maioria (22,8%) entre vinte e um e trinta anos.

Um estudo de Abbey e colaboradores (1996), com uma amostra de 1160 mulheres, demonstrou que 59% destas teriam experienciado algum tipo de ofensa sexual, havendo de facto 23% que relatou ter sido vítima de violação. Os autores concluíram ainda que numa percentagem significativa dos casos (95%) as agressões teriam sido cometidas por conhecidos da vítima, usualmente o seu companheiro. Também Loh, Gidycz, Lobo e Luthra, em 2005, realizaram um estudo com elementos do sexo masculino, demonstrando que 31% dos participantes admitiam a prática de comportamentos sexualmente ofensivos e que,

destes, 27.5% reconheciam a prática de violência sexual moderada e 3.7% a prática de violência sexual severa.

Por força do seu caráter tão íntimo, o crime de violação tende a ser menos participado e até subestimado. Este testemunho nem sempre ocorre devido a inúmeros fatores, tais como a vergonha associada a um crime de foro tão privado, o facto de as vítimas não quererem que familiares ou amigos saibam do ocorrido, o facto de não entenderem a definição legal do crime ou terem medo da posterior vitimização a que poderão ser sujeitas, nomeadamente nas declarações às autoridades e ao tribunal (Holmes, 2009), vitimização essa que poderá ter consequências traumáticas a longo termo (Guerra & Soeiro, 2009).

O crime de violação tem tido um aumento considerável nos últimos anos, pelo que o seu estudo é de uma importância fulcral. O entendimento dos fatores que lhe estão subjacentes poderá ser um passo importante na intervenção com esta tipologia de agressores e poderá também conduzir a uma melhor preparação e execução de estratégias de intervenção com esta população.

1.1. Perspetivas teóricas da agressão sexual

Não existe um modelo único que explique a agressão sexual, uma vez que este tipo de comportamento está dependente de diversos fatores. Ao longo do tempo, as perspetivas e modelos teóricos acerca do fenómeno foram ganhando complexidade à medida que se conduziam mais investigações com esta população de ofensores.

A *perspetiva biológica* preconiza que na agressão sexual estão envolvidas condições neurológicas, biológicas e orgânicas e que esta poderá estar relacionada com diversos fatores, como a elevada concentração de testosterona no sangue ou doença mental, por exemplo (Rebocho, 2006). A influência destes fatores contribuiria, assim, para uma ativação sexual intensa e agressiva e, se os sujeitos conseguissem controlar esta ativação poderiam aprender a controlar também o comportamento sexual desviante (Vieira, 2010). Nesta linha de investigação, os investigadores Marshall e Barbaree (1990) realizaram um estudo onde referem que o ser humano tem uma propensão natural para exibir comportamentos sexuais agressivos e que esses comportamentos podem ser inibidos pela aprendizagem de competências adequadas.

A *perspetiva sociocultural* defende que a cultura em que o indivíduo está inserido tem um papel importante no desenvolvimento de determinadas condutas, que podem conduzir à

legitimação de comportamentos sexuais abusivos (Vieira, 2010). A *perspetiva feminista* vem ao encontro desta noção, defendendo que a violação é um ato motivado primeiramente pela dominância masculina, servindo como um mecanismo de controlo social (Brownmiller, 1975). A teoria feminista de Burt (1980) acerca da violação defende que as crenças estereotipadas de papel sexual e a aceitação da violência interpessoal são fatores de extrema importância na ligação entre a cultura e a agressão sexual (Burt, 1980). As perspetivas feministas assumem ainda que as perceções acerca da vítima de violação refletem questões de poder, nomeadamente na responsabilização das vítimas pelo crime, responsabilização essa que teria efeitos diretos e significativos nos julgamentos deste tipo de crime levando à descredibilização de muitas vítimas e a baixas taxas de condenação (Burt, 1980). A violação era então vista como estando associada a atitudes, pensamentos e crenças relacionadas com relações de poder entre homens e mulheres e que estas dependiam do contexto em que o sujeito estaria inserido.

A *perspetiva cognitiva* assenta na ideia de que os agressores sexuais exibem pensamentos negativos acerca de si e dos outros que, sendo perpetuados, influenciam o seu comportamento e dão origem a formas distorcidas da realidade (Rebocho, 2006). Estes pensamentos, definidos como distorções cognitivas, facilitam a justificação e minimização dos comportamentos sexuais agressivos, contribuindo para uma visão não ilícita do crime. Adicionalmente, os agressores sexuais veem a forma de vestir das suas vítimas, por exemplo, como uma provocação e têm dificuldade em colocar-se na perspetiva delas (Scully, 1988). Da mesma forma, durante a ofensa sexual, a passividade ou o medo da vítima podem ser encarados pelo agressor como a expressão do seu desejo e prazer (Scully, 1988). Malamuth e Brown (1994) conduziram um estudo onde concluíram que as pistas dadas pelas mulheres não eram percebidas por homens sexualmente agressivos e que a sua comunicação era percebida de forma distorcida. Assim, os autores avançaram três explicações para as perceções erradas de homens sexualmente agressivos acerca do comportamento interpessoal das mulheres: a) *overperception of hostility/seductiveness*¹, sendo que há dificuldade em distinguir um comportamento amigável de um comportamento sedutor e um comportamento assertivo de um comportamento hostil; b) *negative blindness*¹, em que estes homens sexualmente agressivos não conseguem perceber as pistas negativas das mulheres; c) *suspicious schema hypotheses*¹, que diz respeito à crença destes homens de que as

¹ Os termos usados pelos autores foram reproduzidos tal como no original para não se perder o seu sentido na tradução.

comunicações da mulher acerca do interesse sexual ou relações íntimas não são confiáveis (Malamuth & Brown, 1994).

A *perspetiva contextual* diz respeito ao contexto de socialização em que o indivíduo se desenvolveu, sendo que este contexto pode ter impacto no desenvolvimento de comportamentos sexuais agressivos. É comum encontrar-se casos de violência familiar, negligência e abusos sexuais ao longo da vida de ofensores sexuais. Da mesma forma, alguns fatores situacionais são apontados como tendo influência na prática de crimes sexuais, como é o caso do álcool ou da má percepção das pistas sociais demonstradas pelas outras pessoas (Vieira, 2010), fatores esses que poderão ter influência na ativação sexual dos indivíduos e na conseqüente agressão sexual.

1.2. Modelos Teóricos da Agressão Sexual

1.2.1. Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner

O modelo defendido por Abel e colaboradores (1984) baseia-se na teoria da Aprendizagem Social e postula que, tendo em vista os estímulos socialmente desadequados, o desenvolvimento normativo das crianças pressupõe uma aprendizagem da inibição da excitação sexual inapropriada. No entanto, alguns indivíduos mantêm fantasias consideradas inadequadas socialmente e essa tarefa de aprendizagem falha, dando espaço para o desenvolvimento e manutenção de comportamentos inadequados e crenças, pensamentos e comportamentos sexuais desadequados, devido à não inibição da excitação sexual. Estas crenças e pensamentos poderão ser perpetuados até à idade adulta se não forem censurados por parte de pessoas significativas aos indivíduos.

Segundo estes autores, os jovens percebem, no final da adolescência, que têm preferências sexuais que não vão de encontro aos princípios sociais vigentes e para lidar com este facto desenvolvem crenças próprias e desadaptativas, que os autores designaram de distorções cognitivas - processos internos, que podem assumir a forma de justificações, julgamentos ou percepções e que servem para legitimar e facilitar o comportamento violento (Abel et al., 1984).

1.2.2. Modelo de Malamuth, Check e Briere

O modelo elaborado por Malamuth, Check e Briere (1986) preconiza que a agressão sexual pode ser concetualizada como o resultado da convergência de variados fatores. Os

autores sustentam que a agressão sexual advém da interação entre três fatores interrelacionados, que dão assim origem à agressão contra as mulheres: 1) a motivação para cometer um ato agressivo; 2) a redução da inibição, que pode ser crucial para prevenir um comportamento agressivo; e 3) a oportunidade para o ato agressivo acontecer.

Os autores propõem ainda outros dois conceitos importantes para a ofensa sexual – a hostilidade masculina, que diz respeito à orientação contraditória em relação às mulheres e ao uso da coerção como forma de controlo sobre estas, e a promiscuidade sexual, que reflete o uso excessivo da sexualidade como uma fonte de autoestima.

O modelo destes autores sugere ainda que os fatores que contribuem para a agressão sexual podem ser expressos em comportamentos que não são manifestamente agressivos, ou seja, o comportamento sexual agressivo não é considerado uma resposta isolada, mas sim uma forma dos sujeitos lidarem com as relações sociais e com os conflitos com as mulheres em geral.

Resumidamente, o modelo proposto por Malamuth e colaboradores (1986) é composto por quatro grandes fatores passíveis de explicar a ofensa sexual: 1) a agressão sexual acontece quando ocorre a interação entre três fatores de risco – motivação, desinibição e oportunidade; 2) os fundamentos do comportamento violento contra as mulheres são característicos desse mesmo comportamento; 3) os fatores que influenciam o comportamento sexual violento podem também prever outros tipos de comportamentos; e 4) há também influência de fatores ambientais no comportamento dos sujeitos, nomeadamente as experiências ao longo do desenvolvimento, a influência de pares ou o contexto cultural, que podem contribuir para a ativação de mecanismos que poderão levar a comportamentos de abuso e coerção sobre as mulheres.

1.2.3. Modelo de Compreensão da agressão sexual de Marshall e Barbaree

O modelo de Marshall e Barbaree (1990) é um modelo multifatorial que procura explicar o desenvolvimento e a manutenção das ofensas sexuais, particularmente do abuso sexual de menores, da violação e de outros comportamentos sexuais ofensivos.

Segundo os autores, não existe uma causa única para explicar a violação e o abuso sexual; estes fenómenos seriam o resultado da conjugação de diferentes fatores que, quando interagem, dariam origem à agressão sexual. Estes fatores, de natureza biológica e cultural, incluiriam as atitudes que os sujeitos teriam acerca da sexualidade e das questões de género, mas também a vulnerabilidade psicológica dos indivíduos. As ofensas sexuais seriam assim

uma forma destes demonstrarem o seu poder sobre as mulheres e reafirmarem a sua noção de masculinidade.

O modelo proposto por estes autores consiste na existência de uma *tarefa desenvolvimental* que tem lugar na adolescência, e que seria útil ao nível da discriminação dos impulsos sexuais e da capacidade dos sujeitos controlarem os seus comportamentos agressivos durante atos sexuais. Além desta tarefa, o modelo foca-se igualmente na questão da vinculação, pressupondo que uma vinculação insegura poderá posteriormente dar lugar a certos fatores, como baixa autoestima, défices no estilo de *coping* e dificuldades no que concerne ao relacionamento interpessoal, fatores estes que, juntamente com as alterações típicas da puberdade, poderiam aumentar a probabilidade de ocorrência de agressões sexuais.

Os autores mencionam ainda as semelhanças existentes entre os ofensores sexuais e os psicopatas, no sentido em que, analisando o seu processo desenvolvimental, ambos os grupos têm fortes probabilidades de terem sofrido abusos sexuais na infância, de terem défices ao nível do relacionamento interpessoal, propensão para serem egocêntricos e terem atitudes negativas para com as mulheres, e ainda falta de empatia (Marshall & Barbaree, 1990).

1.2.4. Modelo “Quadripartido” de Hall e Hirschman

Em 1992, Hall e Hirschman criaram um modelo da agressão sexual que pretendia unir as teorias já existentes. Embora o modelo tenha sido originalmente concebido para explicar o fenómeno da violação, foi posteriormente alargado para explicar também o abuso sexual de crianças (Ward, 2001).

O modelo “quadripartido” de Hall e Hirschman postula que a ofensa sexual assentaria em quatro grandes pilares: ativação fisiológica sexual inapropriada, distorções cognitivas que serviriam como justificação para a agressão, descontrolo afetivo e problemas de personalidade. Estes quatro fatores tanto poderiam funcionar de forma independente como combinada entre si para dar origem à ofensa sexual.

A ativação fisiológica a estímulos visuais e auditivos relacionados com crianças seria, segundo vários estudos, uma medida de discriminação entre abusadores de menores e outros tipos de ofensores (Ward, 2001). Os autores observaram ainda que as experiências clínicas conduzidas até à data indicavam que a presença de impulsos sexuais persistentes e intrusivos e as fantasias sexuais com crianças eram muitas vezes questões observadas em indivíduos que posteriormente eram diagnosticados como pedófilos. As características clínicas deste grupo de indivíduos seriam, segundo Hall (1996), a sua tendência para ter mais do que uma

vítima, o baixo nível de violência física para com as vítimas e o facto de ser improvável que estes sujeitos exibissem comportamentos agressivos não sexuais.

No que concerne ao segundo fator, as distorções cognitivas, os autores defendem que este é um aspeto central para explicar tanto o início como a continuação do abuso sexual. A culpabilização da vítima ou a desculpabilização do comportamento sexual abusivo são exemplos de distorções cognitivas e constituem-se como interpretações imprecisas do comportamento sexual ofensivo. Os autores consideram que se a avaliação que os indivíduos fazem dos benefícios da agressão sexual, como a gratificação sexual, for superior à avaliação que fazem da ameaça, como o risco de punição, então há uma forte probabilidade de a agressão sexual ocorrer.

O descontrolo afetivo é essencialmente o equivalente à regulação emocional (Ward, Keenan & Hudson, 2000) e diz respeito à capacidade de os indivíduos controlarem e gerirem os seus estados emocionais. Uma falha nessa regulação pode originar desinibição ou perda de controlo onde as estratégias ineficazes usadas pelos indivíduos podem produzir efeitos negativos e posteriormente originar o comportamento sexual abusivo. Um exemplo deste aspeto poderá ser o uso do álcool por parte dos ofensores de forma a controlar os seus estados negativos. Desta forma, as emoções negativas podem constituir-se como fatores que dificultam o controlo ou a inibição das suas tendências sexuais desviantes. Os autores afirmam ainda que existe uma relação recíproca entre estes estados negativos e os inibidores comuns da agressão sexual, como é o caso da empatia para com a vítima, a culpa ou as convicções morais dos indivíduos (Ward, 2001).

O último fator do modelo de Hall e Hirschman diz respeito aos problemas de personalidade. Estes são considerados como o resultado de experiências precoces adversas como um divórcio parental ou abusos físicos ou sexuais (Ward, 2001). São estas questões que facilitam a aquisição de atitudes antissociais e diminuem a probabilidade de ocorrer um processo de socialização adequado (Ward, Hudson & Marshall, 1996).

O modelo defende ainda que as adversidades ocorridas durante o processo de desenvolvimento do indivíduo podem resultar em certos fatores de vulnerabilidade que, perante determinados contextos, podem originar excitação inapropriada, distúrbios afetivos ou pensamentos distorcidos que ulteriormente podem levar a um comportamento sexual ofensivo.

1.2.5. Modelo das Teorias Implícitas de Ward

Segundo Ward, as distorções cognitivas referem-se às crenças e atitudes desadaptativas e a estilos de pensamento problemáticos (Ward, McCormack, Hudson & Polaschek, 1997), sendo que estes dizem respeito a processos cognitivos como a desculpabilização, a culpabilização da vítima e a racionalização dos atos sexualmente abusivos. O autor alega então que as distorções cognitivas dos agressores sexuais surgem de teorias causais subjacentes à natureza das vítimas em vez de serem decorrentes de crenças independentes e não relacionadas.

Este autor surge com a noção de teorias implícitas, que seriam “tipos particulares de esquemas usados pelos ofensores como forma de explicar, prever e interpretar fenómenos interpessoais” (Ward, 2000).

As investigações levadas a cabo ao nível da psicologia cognitiva e da personalidade sugerem que desde tenra idade o conhecimento é organizado em teorias que visam facilitar a compreensão acerca do mundo, sendo que estas teorias habilitam os indivíduos a perceberem os aspetos do seu ambiente social e, posteriormente, a fazerem inferências acerca de eventos futuros. O autor sugere o seguinte exemplo: se nos esquecemos de um aniversário (condição) e nos apercebemos que o nosso amigo se recusa a falar connosco acerca desse esquecimento (comportamento), podemos inferir que o nosso amigo está chateado (estado mental) porque nos esquecemos do seu aniversário. Desta forma, as teorias implícitas dotam os indivíduos de capacidades para fazerem inferências acerca do que as outras pessoas possam estar a experienciar e prever futuras ações.

Os ofensores baseiam-se nas suas teorias implícitas acerca das vítimas e inferem os seus estados mentais, interpretam o seu comportamento e fazem previsões acerca das suas futuras ações. As teorias implícitas ditam o que é visto como uma evidência e como é que essa evidência é interpretada. Por exemplo, uma atitude amigável da parte de uma mulher pode ser interpretada como significando que a mulher está interessada em ter relações sexuais ou pode ser interpretada apenas como uma simples atitude afável (Ward, 2000). O autor defende que um agressor sexual irá interpretar este comportamento (evidência) em termos sexuais. Num outro exemplo, o autor explica que a ideia de que “as mulheres nunca dizem o que realmente querem dizer” juntamente com a ideia de que as mulheres “procuram constantemente sexo” sugere uma teoria implícita que enfatiza o facto de as mulheres não serem de confiança. Nesta teoria implícita, a mulher é vista como constantemente transmitindo falsos sinais e não querendo realmente dizer o que diz. As suas preferências e desejos são vistos pelo ofensor como sendo primeiramente sexuais e as suas crenças

associadas a estratégias que visam confundir e frustrar os homens. Adicionalmente, o facto de uma mulher se vestir de forma provocante, ter uma atitude simpática com um homem ou simplesmente aceitar uma boleia para casa pode ser visto como uma evidência que suporta a teoria implícita e reforça o comportamento acima descrito (Ward, 2000).

Em 2006, Ward propõe uma extensão do seu modelo, surgindo assim o Modelo de Julgamento das Distorções Cognitivas. Este último tem também por base as teorias implícitas, mas vai mais além e incorpora outros fenómenos cognitivos, sugerindo que os juízos feitos pelos indivíduos têm por base crenças, valores e ações. As crenças contêm informações sobre nós próprios e sobre o mundo e podem dar suporte às ofensas sexuais se tiverem sido desenvolvidas em contexto de abuso aquando do processo de desenvolvimento do ofensor, por exemplo quando este é vítima de abuso sexual. Também é possível que, após se terem formado crenças adequadas, o indivíduo falhe na avaliação da informação que o rodeia e que a crença se torne inapropriada. Por sua vez, os valores dizem respeito a experiências ou atributos enraizados e motivam as ações. Os ofensores buscam instintivamente satisfazer as suas necessidades, como o bem-estar, o prazer, etc. e a maioria deles não têm capacidade e suporte social para conseguir atingir essas necessidades, o que poderá ter como consequência a criação de juízos desadaptados. Por fim, as ações referem-se a um mecanismo de defesa utilizado pelos ofensores sexuais – são declarações de proteção que se forem efetuadas de forma repetida podem acabar por ser integradas nas crenças que suportam a agressão sexual (Ward, 2006).

De acordo com o autor, seria através das distorções cognitivas que as teorias implícitas seriam demonstradas e seriam estas que permitiriam a organização e interpretação da informação sobre o comportamento das vítimas, mas também poderiam ser utilizadas para distorcer a informação percecionada por forma a torná-la coerente com as crenças já detidas pelo sujeito (Ward, 2006).

1.3. Fatores de risco associados à agressão sexual

Os fatores de risco dizem respeito a aspetos ou comportamentos que facilitam a ocorrência de determinadas problemáticas (Marx, Wie & Gross, 1996). Segundo estes autores, os fatores de risco podem ser agrupados em três categorias – as características da vítima (e.g., idade, experiências anteriores de vitimação sexual, comportamentos), as características dos agressores (e.g., idade, género, traços de personalidade) e características

situacionais, que podem incluir, a título de exemplo, o consumo de álcool ou o contexto de ocorrência da agressão (Marx et al., 1996). De facto, Loh, Gidycz, Lobo e Luthra (2005), consideraram o género, as experiências de socialização, as crenças acerca da sexualidade, as características de personalidade e o consumo de álcool como variáveis mais suscetíveis de conduzir a comportamentos sexualmente ofensivos.

1.3.1. Agressividade

De acordo com Lyn e Burton (2005), os ofensores sexuais que teriam fracas ligações com os seus cuidadores, ou padrões de vinculação insegura, demonstravam elevados níveis de agressividade nas suas relações sexuais, bem como uma maior tolerância à violência nos relacionamentos em geral e uma maior instabilidade nas suas relações românticas. Segundo Marshall e Barbaree (1990), os agressores sexuais, enquanto jovens adultos, experienciam sentimentos de inadequação e rejeição que advêm das suas fracas competências sociais e da dificuldade para manter relacionamentos positivos com os outros. Estes sentimentos poderão então dar origem a níveis de autoestima mais baixos, maiores índices de agressividade e atitudes negativas em relação ao sexo oposto. Do mesmo modo, homens que demonstram elevados níveis de hostilidade tendem a desenvolver estereótipos e mitos sexuais legitimadores da violência interpessoal (Peixoto, Matos & Machado, 2013). Esta questão da hostilidade foi também estudada por Malamuth e colaboradores, em 1995, que demonstraram que elevados índices desta característica estariam relacionados com sentimentos de insegurança nas relações com as mulheres, pelo que a agressão sexual seria uma forma destes homens exercerem poder e controlo sobre as suas companheiras. O sexo seria assim um ato de dominância e poder sobre a mulher.

1.3.2. Busca de sensações

A busca de sensações sexuais é uma dimensão específica da busca de sensações e pode ser concebida como a “necessidade de ter experiências novas e variadas e de correr riscos físicos e sociais, com o objetivo de aumentar as sensações sexuais” (Pechorro et al., 2015). Constitui-se como um grande motivador do comportamento humano, já que o prazer que advém do orgasmo torna-o um reforçador (Gonçalves, 2004). Segundo o autor, o aparecimento de comportamentos desviantes pode estar associado unicamente à busca do prazer sexual.

Segundo Ferreira (2009), a busca de sensações está positivamente relacionada com a expressão sexual, sendo que os sujeitos com elevados índices de busca de sensações

apresentam experiências “mais precoces e extensivas na variedade de ações e de parceiros”, bem como um maior interesse por estímulos eróticos, temas sexuais e violentos e formas de humor com conteúdo sexual. Também Weisskirch e Murphy (2004) demonstraram que elevados níveis de busca de sensações estariam associados à procura de material com conteúdo sexual.

1.3.3. Agressão sexual e sintomatologia psicopatológica

É comum os agressores sexuais evidenciarem sintomas como a depressão e a ansiedade. Num estudo de Anderson, Kuncze e Rich (1979) com agressores sexuais, os autores demonstraram que esta população exibia um comportamento socialmente desajustado e que teria tendência para a ansiedade, depressão e desconfiança. Também Rebocho (2007), no seu estudo com violadores portugueses, demonstrou que certas condições de ânimo, como é o caso da depressão, ansiedade e solidão, tendem a aumentar a propensão desviante dos agressores sexuais. Neste mesmo estudo, a autora demonstra que 28,9% da população de ofensores sexuais que analisou referiram um estado de ansiedade no período anterior à prática do crime.

Francia e colaboradores, num estudo de 2010, também demonstraram que os agressores sexuais tendem a exibir traços de personalidade relacionados com stress emocional, como a depressão.

1.3.4. Distorções cognitivas na agressão sexual

Uma das características mais referidas na literatura acerca de ofensores sexuais diz respeito às cognições próprias deste tipo de população. Os agressores sexuais tendem a apresentar um historial de pensamentos negativos, que têm impacto direto no seu comportamento e que lhes fornecem uma visão distorcida da sua vida, levando-os a racionalizar, minimizar e justificar os seus atos desviantes (Coutinho-Pereira, & Gonçalves, 2009). Segundo Marshall e Barbaree (1990), as distorções cognitivas representam formas de construção da realidade e abrangem todas as crenças que permitam a racionalização da agressão, tornando-se facilitadoras desta, uma vez que a culpabilidade no indivíduo é diminuída.

De acordo com Marshall e colaboradores (1999), as crenças são úteis para guiar o comportamento dos indivíduos, que procuram informações no mundo que os rodeia de forma a validar as suas crenças. Assim, crenças erradas sobre a sexualidade e sobre as mulheres podem ser validadas através do meio que rodeia os indivíduos, por exemplo, através de

concepções de género tradicionais ou estereótipos acerca do que é uma relação saudável. Esta validação irá impedir o indivíduo de perceber que o seu comportamento é errado e levá-lo-á a cometer estes crimes sem se sentir culpado e sem acreditar que está de facto a cometer um crime. Segundo Abel e colaboradores (1984) são estas crenças e distorções que fazem com que os ofensores mantenham os seus comportamentos violentos sem se sentirem culpados por eles.

Na população de agressores sexuais é frequente haver a negação dos atos praticados e, mesmo quando assumem o seu crime, tendem a referir que a agressão não foi tão extensa e severa quanto a acusação aponta (Laws & O'Donohue, 1997). Esta minimização da responsabilidade pode abranger não só os atos praticados, mas também a frequência das agressões ou até o impacto que as mesmas tiveram nas vítimas. Além da minimização, é ainda comum os ofensores sexuais deslocarem a culpa de si e atribuírem-na à vítima, ao uso de álcool ou apenas ao stress (Laws & O'Donohue, 1997). São as percepções distorcidas que estes ofensores têm das suas vítimas que têm um papel importante na manutenção do comportamento ofensivo, sendo que essas percepções podem englobar aspetos tão simples como a roupa da vítima, que pode ser vista pelo agressor como provocadora. Tem sido ainda defendido que os homens tendem a demonstrar uma percepção da violência sexual distinta da das mulheres e que essa percepção deriva sobretudo da forma como absorvem os mitos associados à violação e as atitudes tradicionais de género (Marx et al., 1996).

1.3.5. Agressão sexual e consumo de substâncias

O consumo de álcool tem sido referido na literatura como um fator importante na ofensa sexual, uma vez que poderá prejudicar a capacidade de tomada de decisões, de regulação de emoções e de controlo da impulsividade (Baltieri & Andrade, 2008). Vários estudos têm mostrado a ligação entre o consumo de álcool e a agressão sexual. Marshall (1990), num estudo em prisões canadianas, demonstrou que 70% dos agressores sexuais estariam intoxicados na altura em que cometeram o crime e 60% destes teriam problemas persistentes de consumo de substâncias (Marshall, 2001). Também um estudo de Craig e colaboradores, em 2006, demonstrou que os ofensores violentos estão mais propensos a ter um histórico de abuso de substâncias.

Segundo Abbey e colaboradores (1996), a investigação que tem sido feita no domínio da associação entre o álcool e as ofensas sexuais evidencia que cerca de metade dos casos de agressões sexuais estão relacionadas com o consumo de álcool por parte do ofensor, da vítima ou de ambos. Num estudo de Ullman e colaboradores (1999), é demonstrado que o

consumo de álcool associado à agressão sexual pode ter um impacto severo na questão da vitimização, no sentido em que o uso de álcool pelo ofensor aparece associado a uma maior agressividade e a uma vitimização mais grave, enquanto que o consumo de álcool pela vítima está ligado a uma menor agressividade da parte do ofensor e a uma maior auto culpabilização das vítimas, podendo diminuir a responsabilização do ofensor. Também um estudo de Redondo e colaboradores (2005), que analisou fatores de risco em agressores sexuais, concluiu que a maioria destes (74.2%) evidenciava consumos de álcool e drogas.

Apesar de todas estas evidências, não parece, contudo, existir uma relação causal entre o consumo de álcool e o cometimento de agressões sexuais, i.e., não é por uma pessoa consumir álcool que irá necessariamente cometer algum tipo de ofensa sexual. No entanto, este consumo pode tornar-se um facilitador ou uma justificação para este comportamento (Abbey et al., 2004). Segundo os mesmos autores, o álcool pode funcionar em interação com outras variáveis, e dão o seguinte exemplo: se um homem pensar que a mulher com quem está deseja ter relações sexuais com ele, este pensamento torna-se como que uma justificação para a ocorrência da violação. Se este homem estiver sob o efeito de álcool, a probabilidade de uma ofensa sexual ocorrer irá aumentar. No entanto, e apesar dos autores defenderem o papel do consumo de álcool na agressão sexual, também se torna fulcral sublinhar que esse consumo não diminui a responsabilidade do ofensor.

1.3.6. Experiências de violência na infância de agressores sexuais

Uma das evidências mais referidas na literatura, diz respeito o ambiente familiar dos agressores sexuais, bem como as práticas parentais a que foram sujeitos durante o seu período de desenvolvimento. Marshall e Barbaree (1990) referem que uma pobre socialização, nomeadamente no que concerne a um estilo parental violento irá facilitar o uso da agressão e não irá permitir que os sujeitos tenham acesso a interações sociais e sexuais adequadas. Os autores defendem ainda que a exposição a este ambiente familiar poderá provocar na criança falta de confiança e sentimentos de ressentimento e hostilidade.

Rada (1978) efetuou uma descrição completa do *background* familiar de violadores e concluiu haver um contexto de violência e abuso sexual e um método de punição desadequado – as crianças eram severa e frequentemente punidas de forma inconsistente com o seu comportamento. Langevin (1984) foi mais longe e defendeu que os agressores sexuais teriam tido pais agressivos, com problemas de consumo de álcool e problemas legais e que os filhos reproduziriam esses comportamentos ao longo do seu crescimento (Marshall & Barbaree, 1990). Com base nestas conclusões, Marshall e Barbaree (1990) referem que

não será então uma surpresa que estas crianças se tornem adultos com pouca sensibilidade e preocupados apenas com os seus próprios interesses. É ainda expectável que se tornem adultos violentos, dado o comportamento a que foram expostos em crianças, que não adquiram constrangimentos relacionados com a agressão sexual e que aprendam a usar a agressão como forma de resolução de problemas. Sendo o período da adolescência de fulcral importância para o desenvolvimento da sexualidade e para a aquisição de competências sociais, se a criança se encontra inserida num ambiente como o descrito anteriormente então o desenvolvimento de constrangimentos na expressão sexual e agressiva irá falhar.

De forma geral, é aceite na comunidade científica que um número significativo de agressores sexuais foram também vítimas de abusos sexuais durante a sua infância ou testemunharam algum tipo de sexualidade desviante (Dhawan & Marshall, 1996), no entanto é importante ressaltar que nem todas as crianças que são abusadas sexualmente se tornam agressores sexuais.

Seidman e colaboradores (1994) realizaram um estudo onde demonstraram que são os violadores quem apresenta mais casos de violência familiar, quando comparados com outros agressores sexuais e são também quem evidencia maiores défices nas competências de relacionamento pessoal, défices esses que dificultam a capacidade de estabelecer relacionamentos adequados e adaptados na idade adulta (Seidman et al., 1994).

Num outro estudo conduzido por Weeks e Widom, (1998), os autores concluíram que a percentagem de maus tratos infantis em ofensores sexuais era superior à da população geral, com 26% a revelar abuso sexual na infância, 18% a reportar casos de negligência e dois terços da amostra a dizerem ter sido vítimas de abuso físico. Levenson e Gray (2016) sugerem então que o trauma precoce pode aumentar probabilidade de dificuldades de autorregulação sexual na idade adulta. De facto, a exposição de crianças a situações de violência familiar pode gerar um risco acrescido de lesões traumáticas, mau desempenho escolar, envolvimento no consumo de substâncias e prática de comportamentos delinquentes, além de ser também um fator de risco para a manutenção da violência, através da transmissão geracional desta (Magalhães, 2010).

2. Método

2.1. Objetivos do estudo

Uma vez que vem sendo defendido que a forma mais eficaz de combater a violência sexual é a identificação dos preditores deste comportamento (Caridade & Machado, 2008) e tendo presente que o crime de violação não tem uma causa ou processos definidos de forma clara (Barroso, Manita, & Nobre, 2011), este estudo pretende compreender quais os fatores de risco que poderão ter influência na prática de crimes sexuais, nomeadamente do crime de violação de mulheres adultas. Com este propósito, foram investigadas dimensões da personalidade, nomeadamente a agressividade e a busca de sensações, distorções cognitivas, vinculadas através de crenças acerca da violência sexual, existência de sintomatologia psicopatológica, consumo de substâncias, incluindo o álcool, tabaco, medicamentos e drogas, e variáveis familiares, designadamente a presença de violência física, psicológica ou sexual no agregado familiar e contra o próprio.

Desta forma, as nossas hipóteses de investigação são as seguintes:

Hipótese 1: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais e o grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes não sexuais apresentam níveis de agressividade superiores ao grupo de sujeitos sem condenação.

Hipótese 2: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais apresenta níveis de *busca de sensações sexuais* superiores ao grupo de sujeitos condenados por crimes não sexuais e ao grupo de sujeitos sem condenação.

Hipótese 3: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais exhibe mais crenças legitimadoras da violência sexual comparativamente ao grupo de agressores não sexuais e ao grupo de não agressores.

Hipótese 4: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais apresenta níveis mais elevados de ansiedade e de depressão quando comparados com o grupo de sujeitos condenados por crimes não sexuais e com o grupo de sujeitos sem condenação.

Hipótese 5: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais apresenta níveis de risco elevados em relação ao consumo de substâncias, quando comparados com o grupo de sujeitos condenados por crimes não sexuais e com o grupo de sujeitos sem condenação.

Hipótese 6: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais reporta maior frequência de testemunho de violência durante a infância, quando comparados com o grupo de sujeitos condenados por crimes não sexuais e com o grupo de sujeitos sem condenação.

Hipótese 7: O grupo de sujeitos condenados pela prática de crimes sexuais reporta maior frequência de abusos durante a infância, quando comparados com o grupo de sujeitos condenados por crimes não sexuais e com o grupo de sujeitos sem condenação.

2.2. Amostra

Uma vez que o objetivo do estudo se centra em perceber que tipo de fatores poderão ter influência na prática de crimes sexuais, foi considerado pertinente recolher dados junto de três grupos de sujeitos – um grupo de reclusos condenados por crimes sexuais, um grupo de reclusos condenados por crimes não sexuais e um grupo de sujeitos sem qualquer ligação ao sistema de justiça. Trata-se, portanto, de uma amostra de conveniência e não probabilística, sendo que os dois primeiros grupos são compostos por 60 reclusos do sexo masculino e nacionalidade portuguesa, detidos num estabelecimento prisional do norte do país, e o terceiro grupo é constituído por 30 indivíduos do sexo masculino sem contacto com o sistema de justiça. Foram selecionadas apenas participantes do sexo masculino, pois é consensual que este se constitui como o principal grupo de risco para o cometimento de atos de violência sexual (Caridade & Machado, 2008).

O primeiro grupo (Grupo 1) é composto por 30 reclusos condenados pela prática do crime de violação, sendo que foram excluídos todos os sujeitos condenados por crimes contra a autodeterminação sexual (e.g., abuso sexual de crianças). No que respeita à idade, o grupo apresenta uma faixa etária compreendida entre 24 e 56 anos ($M = 38.14$ e $DP = 9.575$). Na sua maioria são indivíduos solteiros (51.7%), havendo também representação de indivíduos casados ou em união de facto (20.7%), divorciados (24.1%) e uma percentagem residual de sujeitos viúvos (3.4%). No que concerne à escolaridade, a maioria dos agressores sexuais estudados completou o terceiro ciclo (46.7%) e os restantes possuem o segundo ciclo (30%), o primeiro ciclo (16.7%) e o ensino secundário (6.7%).

O segundo grupo (Grupo 2) é constituído por 30 reclusos condenados pela prática de crimes não sexuais, onde foram incluídos os crimes de homicídio qualificado, furto qualificado e tráfico de estupefacientes, com 10 sujeitos em cada um dos tipos de crime. A faixa etária está compreendida entre 21 e 68 anos ($M = 38.21$ e $DP = 11.343$) e são

maioritariamente solteiros (40%), havendo também representação de participantes casados ou em união de facto (26.7%), divorciados (23.3%) e viúvos (10%). Em relação à escolaridade, à semelhança do grupo anterior, a maioria também possui habilitações literárias referentes ao terceiro ciclo do ensino básico (43.3%) e os restantes participantes apresentam habilitações académicas equivalentes ao segundo ciclo (26.7%), ensino secundário (26.7%) e primeiro ciclo (3.3%).

Finalmente, o terceiro grupo (Grupo 3) é formado por 30 sujeitos, também do sexo masculino, sem qualquer contacto com o sistema de justiça, i.e., sujeitos que não foram acusados da prática de qualquer tipo de crime. Os sujeitos foram selecionados tendo em conta as características dos dois grupos anteriores, nomeadamente no que diz respeito à idade e escolaridade. Esta é uma questão pertinente, pois controlando estas duas variáveis conseguimos uma maior homogeneidade da amostra, diminuindo a probabilidade de enviesamento de resultados. Assim, o grupo apresenta idades compreendidas entre 20 e 52 anos ($M = 38.73$ e $DP = 8.217$) e são, na sua maioria, indivíduos casados ou em união de facto (85.2%), havendo ainda representação de sujeitos solteiros (11.1%) e divorciados (3.7%). Relativamente à escolaridade, também este grupo apresenta maioritariamente indivíduos com o terceiro ciclo (55.2%), sendo que os restantes possuem habilitações académicas relativas ao segundo ciclo (20.7%), ensino secundário (20.7%) e primeiro ciclo (3.4%).

2.3. Instrumentos

2.3.1. Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico pretende sobretudo ser uma ferramenta para aferir algumas características da população em estudo, nomeadamente a idade, estado civil, a escolaridade e o envolvimento numa relação significativa aquando da detenção. Neste questionário foram também incluídas cinco questões acerca da infância dos sujeitos, particularmente no que concerne às experiências de violência que poderão ter sido sofridas pelos mesmos. Neste sentido, as duas primeiras questões versavam sobre a violência física e psicológica entre os progenitores/cuidadores e as restantes três questões incidiam sobre a violência sofrida pelo próprio, seja física, psicológica ou sexual. As questões foram formuladas tendo em consideração as definições dos tipos de violência apresentadas por Magalhães (2010). Assim, segundo a autora, o abuso psicológico é caracterizado pela falha

ou ausência de apoio afetivo, podendo assumir a forma de insultos, humilhação, críticas ou desvalorização, negação de afeto, indiferença e desprezo, entre outras. Por outro lado, o abuso físico diz respeito a atos intencionais com o propósito de provocar danos físicos nas vítimas e pode materializar-se através de murros, bofetadas, pontapés ou puxões de cabelo, por exemplo.

2.3.2. BPAQ-SF - Questionário de Agressividade de Buss & Perry, 1992

Instrumento composto por vinte e nove itens, distribuídos por quatro escalas – agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade. Cada escala avalia então uma medida de agressão, sendo cada um dos itens pontuados de 0 (*nunca* ou *quase nunca*) a 4 (*sempre* ou *quase sempre*). A agressão física e a agressão verbal representam a componente instrumental da agressão, que envolve o ato de magoar ou infligir danos a outros; a raiva representa a componente emocional do comportamento, a ativação fisiológica e preparação para o comportamento violento; por fim, a hostilidade representa a componente cognitiva do comportamento e inclui pensamentos de maldade e injustiça.

A versão do instrumento utilizada no estudo é de Pechorro e Barroso (2015), adaptada e traduzida para a população portuguesa a partir do original de Buss e Perry (1992), revelando uma boa consistência interna, com valor de alfa de Cronbach para o total da escala de 0.84. No que respeita aos fatores, a agressão física e a hostilidade têm valores de alfa de Cronbach de 0.71 e de 0.75, respetivamente, sendo que a agressão verbal e a raiva registam valores mais baixos, 0.63 e 0.62 respetivamente. Não são referidos pontos de corte, pelo que se assume que quanto mais elevado o score final, maior será o nível de agressividade do sujeito.

2.3.3. Escala de Busca de Sensações Sexuais de Kalichman, 1994

A Escala de Busca de Sensações Sexuais (Kalichman et al., 1994) é uma medida de autorresposta desenvolvida a partir da *Sensation Seeking Scale* de Zuckerman (1964), sendo constituída por dez itens pontuados de 1 (*discordo totalmente*) a 4 (*concordo totalmente*).

A versão utilizada no estudo foi traduzida e adaptada para a população portuguesa por Pechorro et al., (2014) e demonstra boas propriedades psicométricas a nível de validade e fiabilidade, com valor de alfa de Cronbach de 0.74. A escala tem a vantagem de poder ser utilizada com adolescentes e adultos de ambos os géneros e não tem pontos de corte, assumindo-se que quando mais elevado o resultado final, mais elevados serão os níveis de busca de sensações sexuais dos sujeitos.

2.3.4. ECVS – Escala de Crenças sobre a Violência Sexual

Instrumento da autoria de Martins, Machado, Gonçalves e Manita, 2012, a partir da Escala de Crenças de Violação (Matos, Machado, & Gonçalves, 2000).

É uma escala composta por trinta itens, cotados de 1 (*discordo totalmente*) a 5 (*concordo totalmente*) e mede o grau de tolerância/aceitação dos sujeitos quanto ao uso de violência de natureza sexual, sendo que quanto mais elevada for a pontuação na escala, maior será o grau de tolerância/aceitação.

A escala é ainda composta por cinco fatores, sendo que a pontuação em cada um dos fatores nos permite perceber de forma mais concreta o tipo de crenças específicas envolvidas na tolerância à violência sexual. O fator 1 diz respeito à *representação estereotipada da violação* e reporta-se a um

conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a referência à existência de um passado sexual entre o ofensor e a vítima e à ausência de violência física durante o ato sexual. (p. 185)

Engloba os itens 2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28 e 29. O fator 2 representa a *provocação da vítima*, e envolve a

legitimação ou minimização da ofensa sexual através do comportamento prévio da vítima, quer no que toca ao seu passado sexual, quer no que respeita à sua exposição a situações de risco. (p.185)

Abrange os itens 8, 11, 13, 26 e 27. O fator 3 representa o *consentimento da vítima*, englobando um “conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma” (Martins et al., 2012). Abrange os itens 10, 17, 18 e 19. O fator 4 diz respeito à *falsa noção de invulnerabilidade pessoal*, que diz respeito a um

conjunto de crenças que legitimam a violência sexual mediante a ideia de que os ofensores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes da restante população. (p.186)

Engloba os itens 1, 3, 4, 7 e 30. Por fim, o fator 5 representa as *falsas alegações*, respeitante à

noção de que a violência poderá ser minimizada/desvalorizada mediante a negação da ocorrência da violência sexual, a interpretação de que as queixas de violação constituem sinais de arrependimento pós-facto ou vontade de vingança. (pp.186-187)

e abrange os itens 5, 12, 14 e 20.

2.3.5. BSI – Brief Symptom Inventory de L. Derogatis, 1982

O BSI é um inventário de autorresposta constituído por cinquenta e três itens que pretende avaliar sintomas psicopatológicos ao longo de nove dimensões: somatização, obsessões-compulsões, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranoide e psicoticismo. Os sujeitos devem classificar o grau em que cada problema apresentado os afetou durante a última semana, numa escala tipo *Likert*, desde *nunca a muitíssimas vezes*. Tem a vantagem de poder ser aplicado à população geral e não apenas a doentes do foro psiquiátrico e permite perceber qual a sintomatologia que mais perturba o indivíduo através da leitura dos índices globais, que são avaliações sumárias de perturbação emocional.

A versão utilizada no estudo foi traduzida e adaptada à população portuguesa por Canavarro (1999) e revela boa consistência interna para as nove dimensões, com alfa de Cronbach a variar entre 0.71, para o psicoticismo, e 0.85 para a depressão.

2.3.6. ASSIST – Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test

Instrumento desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, e disponibilizado pelo SICAD, que surge como resposta ao efeito nocivo que o consumo de substância psicoativas tem na saúde pública. É um questionário estruturado, com oito questões sobre o uso de nove tipos de substâncias – tabaco, cannabis, cocaína, estimulantes, sedativos, inalantes, alucinogénios e opiáceos. As questões dizem respeito à frequência de uso durante a vida e nos últimos três meses, a problemas relacionados com o uso, à preocupação no que respeita ao uso por parte de pessoas próximas dos sujeitos, ao prejuízo na realização de tarefas esperadas, às tentativas mal sucedidas de parar ou diminuir o uso, aos sentimentos de compulsão e ao uso por via injetável. A cotação das respostas varia, uma vez que os valores atribuídos a cada opção de resposta divergem de questão para questão. Para o álcool, consideram-se os valores de 0 a 10 como indicação de baixo risco, de 11 a 26 como risco moderado e valores superiores a 27 como risco elevado; para as outras substâncias, consideram-se valores entre 0 e 3 como indicativos de baixo risco, entre 4 e 26 como risco moderado e superiores a 27 como risco elevado.

2.4. Procedimento

Primeiramente foram pedidas as autorizações para a utilização dos instrumentos acima mencionados, junto dos seus autores. Após a confirmação de todas as autorizações, foi necessária a permissão da direção do estabelecimento prisional e dos técnicos de reeducação para a recolha de dados junto dos reclusos.

A aplicação dos questionários foi realizada num gabinete separado dos restantes (utilizados pelos técnicos de reeducação para atendimento dos reclusos), de forma a garantir não só a confidencialidade dos sujeitos, mas também um ambiente tranquilo para uma maior concentração dos mesmos. Foi fornecido a todos os participantes um consentimento informado, onde eram explicados os objetivos do estudo e assegurada a confidencialidade dos seus dados, e foi ainda dada a oportunidade de colocarem qualquer tipo de questão acerca do estudo. O tempo de resposta foi de cerca de 25 minutos por questionário.

Além da aplicação do questionário, foi efetuada ainda uma análise documental, com recurso ao processo individual do recluso e ao acórdão de sentença do Tribunal de Execução de Penas, para aferir alguns pormenores que não estavam patentes no questionário, nomeadamente a questão da intoxicação por substâncias ilícitas aquando do cometimento do crime. Todos os reclusos tiveram conhecimento deste procedimento.

No que concerne ao terceiro grupo, sujeitos sem contacto com o sistema de justiça, foi adotado o método de *snowball*, em que cada indivíduo contactado fornecia informações sobre outros potenciais participantes. O método foi adotado devido à dificuldade em conseguir participantes na mesma faixa etária e com o mesmo nível de escolaridade dos restantes grupos. Este aspeto era de extrema importância, uma vez que os resultados poderiam ser enviesados devido à discrepância de idade e escolaridade entre os sujeitos.

Os dados recolhidos foram analisados com recurso ao programa estatístico IBM SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 24, onde foi incluído o teste *One-Way ANOVA* entre grupos independentes para análises de variância com um fator; o teste Bonferroni, de comparação post-hoc, que permite comparar grupos dois a dois e identificar entre quais existem diferenças; e o teste Qui-Quadrado, utilizado para testar a independência entre as linhas e colunas de uma tabela de contingência que cruza duas variáveis nominais e que nos demonstra se existe ou não uma associação significativa entre essas mesmas variáveis.

3. Análise dos resultados

Tendo em consideração os objetivos deste estudo, o presente capítulo irá centrar-se na análise dos principais resultados obtidos, seguindo-se um capítulo dedicado à interpretação dos mesmos, de forma a tornar mais facilitada a compreensão da influência das diferentes variáveis no comportamento sexual agressivo.

Agressividade

No que concerne à variável “agressividade”, verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos analisados, $F(2,87) = 10.24, p < .001$. Da análise dessas diferenças, através de comparações post-hoc com o teste *Bonferroni*, é possível concluir que o grupo de agressores sexuais ($M = 17.63, DP = 9.186$) apresenta índices de agressividade superiores aos apresentados pelo grupo de agressores não sexuais ($M = 9.73, DP = 6.664$), $F(2,87) = 10.24, p < .001$, e pelo grupo de não agressores ($M = 10.30, DP = 6.476$), $F(2,87) = 10.24, p < .01$.

O instrumento utilizado para medir a variável “agressividade” fornece-nos informações relativas a aspetos mais específicos desta, nomeadamente a “agressividade física”, “agressividade verbal”, “raiva” e “hostilidade”. Da análise destes fatores, foi-nos possível concluir que existem diferenças significativas ao nível da “agressividade física”, $F(2,87) = 4.88, p < .05$, “raiva”, $F(2,87) = 7.85, p < .01$, e “hostilidade”, $F(2,87) = 15.53, p < .001$, sendo que, para a primeira subescala, o grupo de agressores sexuais ($M = 3.83, DP = 2.574$) evidencia índices de agressividade física superiores ao grupo de não agressores ($M = 2.17, DP = 1.840$), $F(2,87) = 4.88, p < .05$. Da análise da segunda subescala, conclui-se que o grupo de agressores sexuais ($M = 4.20, DP = 2.747$) apresenta valores mais elevados de raiva comparativamente ao grupo de agressores não sexuais ($M = 2.23, DP = 2.046$), $F(2,87) = 7.85, p < .05$, e ao grupo de não agressores ($M = 1.93, DP = 2.377$), $F(2,87) = 7.85, p < .01$. Finalmente, através da análise da última subescala, pode concluir-se que o grupo de agressores sexuais ($M = 6.23, DP = 3.569$) evidencia maiores índices de hostilidade, em comparação com o grupo de agressores não sexuais ($M = 2.47, DP = 2.417$), $F(2,87) = 15.53, p < .001$, e com o grupo de não agressores ($M = 2.93, DP = 2.420$), $F(2,87) = 15.53, p < .001$.

Em suma, os ofensores sexuais analisados mostraram-se mais agressivos do que os restantes grupos, evidenciando ainda maiores níveis de agressividade física, raiva e hostilidade.

Tabela 1. Nível de agressividade

	Média	Desvio Padrão
Agressores sexuais	17.63	9.186
Agressores não sexuais	9.73	6.664
Não agressores	10.30	6.476

Tabela 2. Comparações múltiplas da variável agressividade

		Diferença média	<i>p</i>
Agressores sexuais	Agressores não sexuais	7.90	.000***
	Não agressores	7.33*	.001**
Agressores não sexuais	Agressores sexuais	-7.90*	.000***
	Não agressores	-.567	1.000
Não agressores	Agressores sexuais	-7.33*	.001**
	Agressores não sexuais	.567	1.000

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

Busca de sensações sexuais

Após a análise da variável, foi possível concluir que existem diferenças significativas entre os grupos, $F(2,87) = 3.38$, $p < .05$. Através da análise dessas diferenças, por comparações post-hoc, percebe-se que apenas existem diferenças significativas entre o grupo de agressores não sexuais ($M = 25.87$, $DP = 5.164$) e o grupo de não agressores ($M = 21.67$, $DP = 5.397$), $F(2,87) = 3.38$, $p < .05$ (tabela 4). Os ofensores não sexuais apresentam níveis de busca de sensações sexuais superiores aos indivíduos que não cumpriram pena de prisão, não se registrando diferenças significativas no que respeita ao grupo de ofensores sexuais.

Tabela 3. Nível de busca de sensações sexuais

	Média	Desvio Padrão
Agressores sexuais	24.03	7.889
Agressores não sexuais	25.87	5.164
Não agressores	21.67	5.397

Tabela 4. Comparações múltiplas da variável busca de sensações sexuais

		Diferença média	<i>p</i>
Agressores sexuais	Agressores não sexuais	-1.833	.782
	Não agressores	2.367	.443
Agressores não sexuais	Agressores sexuais	1.833	.782
	Não agressores	4.200*	.033*
Não agressores	Agressores sexuais	-2.367	.443
	Agressores não sexuais	-4.200*	.033*

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

Distorções cognitivas

No que concerne à variável “distorções cognitivas”, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, $F(2,87) = 8.90$, $p < .001$, indicando-nos que existem de facto desigualdades ao nível da presença de crenças legitimadoras da agressão

sexual. Através da análise das diferenças encontradas, foi possível concluir que os agressores sexuais tendem a apresentar mais distorções cognitivas relacionadas com a violência sexual ($M = 64.90$, $DP = 20.670$) comparativamente com o grupo de não agressores ($M = 45.37$, $DP = 11.430$), $F(2,87) = 8.90$, $p < .001$. A ECVS (Escala de Crenças sobre a Violência Sexual), utilizada para aferir as distorções cognitivas na população estudada, permite-nos perceber de forma mais específica quais os tipos de crenças envolvidas na tolerância à violência sexual, através da cotação dos seus cinco fatores. Desta análise foi-nos possível concluir que existem diferenças estatisticamente significativas ao nível do fator 1 (*representação estereotipada da violação*), $F(2,87) = 8.00$, $p < .01$, do fator 2 (*provocação da vítima*), $F(2,87) = 6.02$, $p < .01$, do fator 4 (*falsa noção de invulnerabilidade pessoal*), $F(2,87) = 4.82$, $p < .05$ e do fator 5 (*falsas alegações*), $F(2,87) = 4.52$, $p < .05$. No que respeita ao fator 3 (*consentimento da vítima*) não foram encontradas diferenças significativas.

Através da análise pormenorizada dessas diferenças conclui-se que o grupo de agressores sexuais tende a reportar um maior número de crenças relacionadas diretamente com a *representação estereotipada da violação* ($M = 25.60$, $DP = 10.026$) comparativamente com o grupo de agressores não sexuais ($M = 20.03$, $DP = 10.036$), $F(2,87) = 8.00$, $p < .05$, e com o grupo de não agressores ($M = 16.60$, $DP = 5.550$), $F(2,87) = 8.00$, $p < .001$. Nas crenças relacionadas com a *provocação da vítima*, os agressores sexuais também reportam valores mais elevados ($M = 11.70$, $DP = 5.428$) comparativamente ao grupo de não agressores ($M = 7.77$, $DP = 2.750$), $F(2,87) = 6.02$, $p < .01$. A *falsa noção de invulnerabilidade pessoal* também regista diferenças significativas: o grupo de agressores sexuais apresenta mais crenças relacionadas com este fator ($M = 8.67$, $DP = 4.286$) do que o grupo de não agressores ($M = 6.23$, $DP = 1.524$), $F(2,87) = 4.82$, $p < .01$. Finalmente, também o grupo de agressores sexuais apresenta mais crenças relacionadas com as *falsas alegações* ($M = 10.77$, $DP = 3.617$) do que os não agressores ($M = 8.17$, $DP = 2.718$), $F(2,87) = 4.52$, $p < .05$.

Em suma, os agressores sexuais reportam mais crenças legitimadoras da violência sexual, comparativamente com os restantes grupos em análise e apresentam também mais crenças diretamente relacionadas com as questões acerca da culpabilidade e credibilidade da vítima.

Tabela 5. Análise da variável distorções cognitivas

	Média	Desvio Padrão
Agressores sexuais	64.90	20.670
Agressores não sexuais	54.93	20.170
Não agressores	45.37	11.430

Tabela 6. Comparações múltiplas da variável distorções cognitivas

		Diferença média	<i>p</i>
Agressores sexuais	Agressores não sexuais	9.967	.102
	Não agressores	19.533	.000***
Agressores não sexuais	Agressores sexuais	-9.967	.102
	Não agressores	9.567	.125
Não agressores	Agressores sexuais	-19.533	.000***
	Agressores não sexuais	-9.567	.125

p*<.05 *p*<.01 ****p*<.001

Sintomatologia psicopatológica

Na questão da sintomatologia psicopatológica, importou-nos analisar de forma concreta a ansiedade e a depressão, uma vez que os dados da literatura reforçavam a presença destas patologias em agressores sexuais. As análises efetuadas a estas duas dimensões demonstraram a existência de diferenças estatisticamente significativas no que respeita à depressão, $F(2,87) = 24.31, p < .001$. Assim, os agressores sexuais tendem a reportar índices mais elevados de depressão ($M = 1.502, DP = .885$) comparativamente com o grupo de agressores não sexuais ($M = .695, DP = .488$), $F(2,87) = 24.31, p < .001$ e com o grupo de não agressores ($M = .417, DP = .392$), $F(2,87) = 24.31, p < .001$.

Tabela 7. Análise da variável sintomatologia psicopatológica

		Média	Desvio Padrão
Ansiedade	Agressores sexuais	.959	.599
	Agressores não sexuais	.511	.508
	Não agressores	2.639	12.164
Depressão	Agressores sexuais	1.502	.885
	Agressores não sexuais	.695	.488
	Não agressores	.417	.392

Tabela 8. Comparações múltiplas da variável depressão

		Diferença média	<i>p</i>	
Depressão	Agressores sexuais	Agressores não sexuais	.8073	.000***
		Não agressores	1.085	.000***
	Agressores não sexuais	Agressores sexuais	-.8073	.000***
		Não agressores	.278	.268
	Não agressores	Agressores sexuais	-1.085	.000***
		Agressores não sexuais	-.278	.268

p*<.05 *p*<.01 ****p*<.001

Consumo de álcool e outras substâncias

No que respeita aos consumos, estes foram agrupados em duas dimensões: álcool e outras substâncias. Relativamente ao álcool, existe uma associação estatisticamente significativa entre os grupos e o nível de risco para o consumo desta substância, $\chi^2(4) = 34.265, p < .001$.

Relativamente ao grupo de agressores sexuais, a maioria (53.3%) não apresenta nível de risco para o consumo de álcool, enquanto que 40% apresenta um nível de risco baixo e uma percentagem muito inferior (6.7%) demonstra um nível de risco moderado. Já no que concerne ao grupo de agressores não sexuais, a maioria destes (86.7%) não exhibe risco para o consumo de álcool e 13.3% apresenta um nível baixo. Finalmente, o grupo de não agressores apresenta maioritariamente (83.3%) um nível de risco baixo, 13.3% não exhibe risco para o consumo e uma pequena percentagem (3.3%) apresenta um nível de risco moderado.

Já no que concerne ao consumo de substâncias, também se registou uma associação estatística significativa entre os grupos e o nível de risco para o consumo $\chi^2(6) = 41.750$, $p < .001$. O grupo de agressores sexuais regista maioritariamente (46.7%) um nível de risco moderado para o consumo de substâncias, enquanto que 26.7% apresenta um nível de risco elevado, 13.3% um nível de risco baixo e 13.3% não evidencia qualquer tipo de risco em relação ao consumo de substâncias. Relativamente ao grupo de agressores não sexuais, metade da amostra apresenta um nível de risco moderado, uma pequena percentagem (6.7%) exhibe um risco elevado para o consumo e uma percentagem significativa (43.3%) não apresenta qualquer tipo de risco relativo ao consumo de substâncias. Por fim, no que concerne ao grupo de não agressores, a maioria (76.7%) não evidencia qualquer nível de risco para o consumo, enquanto 20% apresenta um nível de risco baixo e uma percentagem residual (3.3%) exhibe um nível de risco moderado.

Tabela 9. Níveis de risco para o consumo de álcool e outras substâncias

		Porcentagem	Teste Qui-Quadrado χ^2	gl	<i>p</i>	
Álcool	Ausência de risco	Agressores sexuais	53.3	$\chi^2=34.265$	4	.000***
		Agressores não sexuais	86.7			
		Não agressores	13.3			
	Risco baixo	Agressores sexuais	40			
		Agressores não sexuais	13.3			
		Não agressores	83.3			
	Risco moderado	Agressores sexuais	6.7			
		Agressores não sexuais	0.0			
		Não agressores	3.3			
Outras substâncias	Ausência de risco	Agressores sexuais	13.3	$\chi^2=41.750$	6	.000***
		Agressores não sexuais	43.3			
		Não agressores	76.7			
	Risco baixo	Agressores sexuais	13.3			
		Agressores não sexuais	0.0			
		Não agressores	20.0			
	Risco moderado	Agressores sexuais	46.7			
		Agressores não sexuais	50.0			
		Não agressores	3.3			
Risco elevado	Agressores sexuais	26.7				
	Agressores não sexuais	6.7				
	Não agressores	0.0				

p*<.05 ** *p*<.01 * *p*<.001

Testemunho de violência

No que respeita ao testemunho de violência, não foram encontradas diferenças significativas, não se registando, portanto, uma associação estatisticamente significativa entre os grupos analisados e o testemunho de violência física $\chi^2(2) = 5.090$, $p = .078$ e psicológica $\chi^2(2) = 1.979$, $p = .372$ durante a infância.

Tabela 10. Testemunho de violência entre progenitores/cuidadores

		Percentagem	Teste Qui-Quadrado χ^2	gl	p
Violência física	Agressores sexuais	50.0	$\chi^2=5.090$	2	.078
	Agressores não sexuais	33.3			
	Não agressores	16.7			
Violência psicológica	Agressores sexuais	39.4	$\chi^2=1.979$	2	.372
	Agressores não sexuais	36.4			
	Não agressores	24.2			

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

Violência exercida contra o próprio

Relativamente à violência física sofrida durante a infância, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas, $\chi^2(2) = 3.706$, $p = .157$. Já no que concerne à violência psicológica exercida sobre os sujeitos, registou-se uma associação estatisticamente significativa entre esta e os grupos analisados, $\chi^2(2) = 6.253$, $p < .05$. A maioria dos agressores sexuais estudados (57.9%) relata ter sido vítima de violência psicológica por parte dos progenitores/cuidadores, contrastando com os 15.8% de agressores não sexuais e 26.3% de não agressores que também indica ter sido vítima deste tipo de violência.

Tabela 11. Violência exercida contra o próprio

		Percentagem	Teste Qui-Quadrado χ^2	gl	p
Violência física	Agressores sexuais	48.3	$\chi^2=3.706$	2	.157
	Agressores não sexuais	24.1			
	Não agressores	27.6			
Violência psicológica	Agressores sexuais	57.9	$\chi^2=6.253$	2	.044*
	Agressores não sexuais	15.8			
	Não agressores	26.3			

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

4. Discussão dos resultados

Este capítulo tem como objetivo discutir os resultados das análises estatísticas efetuadas, confrontando-os com a literatura existente acerca das diferentes temáticas e verificando a confirmação, ou não, das hipóteses de investigação apresentadas anteriormente.

A primeira variável analisada diz respeito à agressividade e os resultados mostram-nos que os agressores sexuais apresentam níveis de agressividade superiores aos agressores não sexuais e ao não agressores. Através da escala utilizada para medir esta variável, foi possível inferir também os níveis de agressividade física, agressividade verbal, raiva e hostilidade. Apesar de não terem sido encontradas diferenças significativas ao nível da agressividade verbal, os resultados evidenciam um maior índice de agressividade física, raiva e hostilidade por parte dos agressores sexuais, comparativamente com os restantes dois grupos analisados. Estas evidências vão ao encontro do que é referido na literatura, sendo que Malamuth, Check e Briere (1986) indicaram a hostilidade masculina como um conceito de extrema importância envolvido na agressão sexual, promovendo uma orientação contraditória em relação às mulheres e a legitimação do uso da coerção como forma de controlo sobre elas. Sendo a hostilidade a componente cognitiva da agressão, não é de estranhar que elevados níveis desta característica estejam relacionados com estereótipos e crenças que ajudam a legitimar a violência interpessoal e, de forma mais concreta, contra as mulheres (Peixoto, Matos & Machado, 2013). A questão da violência e agressividade, e mais concretamente da hostilidade, parece estar ligada com as atitudes para com as mulheres. No estudo de Malamuth e colaboradores (1995), os agressores sexuais demonstraram elevados níveis de hostilidade, que os autores relacionaram com sentimentos de insegurança nas relações com as mulheres, pelo que a agressão sexual seria uma forma de expressão de poder e controlo dos homens sobre as suas companheiras.

Esta questão da agressividade demonstra também profundas ligações aos padrões de vinculação que estes homens estabelecem com os seus cuidadores durante a infância, bem como aos sentimentos de rejeição que poderão experienciar. Um estudo de Lyn e Burton, em 2005, demonstrou que os ofensores sexuais que exibiam padrões de vinculação insegura com os seus cuidadores, tendiam a exibir elevados níveis de agressividade nas relações sexuais e uma maior tolerância à violência nos relacionamentos. Também Marshall e Barbaree, em 1990, tinham demonstrado que os sentimentos de rejeição e inadequação que

os agressores sexuais experienciam poderiam despoletar maiores níveis de agressividade e atitudes negativas no que respeita ao sexo oposto.

Perante as evidências apresentadas, é possível concluir que a primeira hipótese de investigação se confirma, e que os agressores sexuais estudados apresentam níveis de agressividade física, raiva e hostilidade superiores aos agressores não sexuais e aos não agressores, bem como um nível de agressividade global superior aos restantes grupos.

Uma vez que a questão da agressividade, e mais concretamente da hostilidade, parece estar ligada a atitudes e crenças negativas acerca das mulheres, importa discutir os resultados relativos às distorções cognitivas. Estes resultados evidenciam que os agressores sexuais exibem um grau de tolerância ao uso da violência sexual superior aos agressores não sexuais e aos não agressores. De facto, a apreciação dos diferentes fatores que compõem a escala utilizada para avaliar as crenças sobre a violência sexual, também demonstram que o grupo de agressores sexuais estudados possuem mais crenças específicas envolvidas na tolerância a este tipo de violência. Os resultados das análises a estes fatores sugerem que os agressores sexuais, comparativamente com os dois outros grupos em estudo, possuem mais crenças relacionadas com a *representação estereotipada da violação*, minimizando a gravidade da violência sexual por já ter existido algum tipo de relação entre o ofensor e a vítima e por não ter sido registada violência física durante o ato sexual. Também exibem mais crenças relacionadas com a *provocação da vítima*, que os leva a legitimar o comportamento sexual abusivo com base no comportamento da vítima, tanto no que concerne ao seu passado sexual, à sua aparência ou a exposição a situações que entendem como sendo de risco. De facto, num estudo levado a cabo por Malamuth e Brown (1994), os autores concluíram que homens sexualmente agressivos não percebiam as pistas dadas pelas mulheres, sendo difícil para eles distinguir um comportamento amigável de um comportamento sedutor, bem como um comportamento assertivo de um comportamento hostil. As pistas negativas dadas pelas mulheres não são percebidas por estes homens, levando a uma interpretação errada das suas intenções e à crença de que as comunicações feitas pelas mulheres acerca do seu interesse sexual não podem ser confiáveis (Malamuth & Brown, 1994). Também Ward, em 2000, referiu que a provocação da vítima pode ser vista através da forma como se veste, da sua atitude simpática com um homem ou através de questões tão simples como aceitar uma boleia.

Um outro fator que demonstrou resultados distintos entre os agressores sexuais e os outros grupos foi a *falsa noção de invulnerabilidade pessoal*, que leva a que os ofensores sexuais se vejam a si e às vítimas como pessoas distintas da restante população, minimizando

e legitimando o uso de violência sexual. Finalmente, os resultados apontam também para um maior número de crenças por parte dos agressores sexuais relacionadas com as *falsas alegações*. Esta noção de que as queixas de violação se devem ao arrependimento do ato praticado ou a um desejo de vingança leva a que a violência sexual seja minimizada pelo agressor e que haja até a negação do acontecimento. Laws e O'Donohue (1997) estudaram esta questão da minimização, demonstrando que a negação dos atos cometido é frequente e que, mesmo quando há admissão de culpa, os ofensores tendem a referir que a agressão não foi tão severa quanto se aponta.

De facto, os estudos acerca da relação entre a violência sexual e as questões de género não são recentes e vão ao encontro dos resultados obtidos, sendo que Burt (1980) demonstrou que as crenças estereotipadas acerca dos papéis sexuais e a aceitação da violência interpessoal estão intimamente ligadas à agressão sexual. Também Hall e Hirschman (1992) demonstraram que as distorções cognitivas frequentes em agressores sexuais dizem respeito à culpabilização da vítima e à desculpabilização do comportamento sexual agressivo, sendo estas perceções distorcidas que têm um papel extremamente importante na manutenção dos comportamentos ofensivos (Marx et al., 1996; Maruna & Mann, 2006). A literatura demonstra que uma das características mais evidenciadas nos estudos com agressores sexuais são de facto as distorções cognitivas, sendo que estes tendem a apresentar um historial de pensamentos distorcidos, contribuindo para a racionalização, minimização e justificação dos seus atos desviantes (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009), o que corrobora os resultados encontrados neste estudo.

Atendendo ao acima descrito, é possível concluir que a terceira hipótese de investigação proposta foi confirmada e que, de facto, os agressores sexuais reportam mais crenças relacionadas com a legitimação da violência sexual, comparativamente aos agressores não sexuais e aos não agressores.

Relativamente ao conceito de busca de sensações sexuais, foram encontradas diferenças significativas entre os grupos, mas, ao contrário do esperado, não se registaram diferenças ao nível do grupo de agressores sexuais. Os resultados demonstraram que o grupo de ofensores não sexuais exhibe índices mais elevados de busca de sensações sexuais do que o grupo de não ofensores. Desta forma, a segunda hipótese de investigação não foi confirmada e o grupo de ofensores sexuais não regista elevados níveis deste tipo específico de busca de sensações.

Os resultados relacionados com a sintomatologia psicopatológica evidenciaram diferenças estatisticamente significativas apenas no que concerne à questão da depressão,

com os agressores sexuais a reportar um maior índice de depressão comparativamente com o grupo de agressores não sexuais e com o grupo de não ofensores. Esta evidência é corroborada pela literatura, uma vez que é bastante frequente o relato de sintomas como a depressão e a ansiedade em agressores sexuais. Vários estudos demonstraram esta associação, defendendo que a população de ofensores sexuais exibe um comportamento desajustado, com tendência para exibir traços de personalidade como a ansiedade e depressão (Anderson, Kuncze & Rich, 1979; Francia et al., 2010) e que estes sintomas aumentam as suas tendências desviantes (Rebocho, 2007).

Canavarro (1999) estabeleceu valores padrão para a depressão, tanto para a população normal ($M = .893$, $DP = .722$) como para a população perturbada ($M = 1.828$, $DP = 1.051$). Deste modo as pontuações obtidas pelos sujeitos podem ser comparadas com as pontuações padrão, facilitando o diagnóstico. Através dos resultados obtidos para os agressores sexuais ($M = 1.502$, $DP = .885$), é possível concluir que este grupo se encontra próximo dos valores estabelecidos para a população perturbada, denotando-se, portanto, que a população em estudo apresenta níveis que parecem confirmar a existência de psicopatologia, ao nível da depressão. Deste modo, podemos concluir que a quarta hipótese de investigação está parcialmente confirmada, uma vez que não se assegurou a questão da ansiedade.

Relativamente ao consumo de substâncias, os resultados permitem concluir que os agressores sexuais evidenciam um padrão de consumo de álcool e outras substâncias (onde se inclui o tabaco, drogas e medicamentos), que se traduz num nível de risco baixo a moderado para o consumo de álcool, enquanto que relativamente ao consumo de substâncias esse padrão traduz-se sobretudo num nível de risco moderado a elevado. Estes resultados podem dever-se essencialmente ao facto de a amostra ter sido recrutada num estabelecimento prisional. Deste modo, os reclusos têm mais facilidade em ter acesso ao tabaco, que é legal, do que ao álcool. Os resultados para o consumo de álcool podem então estar relacionados com o facto de alguns reclusos usufruírem de saídas precárias ou do consumo ilegal dentro das cadeias. Da mesma forma, os resultados para o consumo de substâncias devem-se sobretudo ao consumo de tabaco, embora haja uma representação bastante significativa de consumo de haxixe, e ao consumo de medicação prescrita pelos serviços clínicos. De facto, a maioria dos agressores estudados estavam medicados para a ansiedade e depressão.

Estes resultados vão ao encontro do que foi evidenciado por vários autores que estabeleceram uma relação entre o consumo de álcool e drogas e a agressão sexual (Marshall, 1990; Abbey et al., 1996; Ullman et al., 1999; Marshall, 2001; Abbey et al., 2004; Redondo et al., 2005; Craig et al., 2006), sendo possível afirmar que a quinta hipótese de investigação

proposta foi confirmada e que, de facto, os agressores sexuais evidenciam níveis de risco mais elevados em relação ao consumo de substâncias do que os agressores não sexuais e não agressores. Mas, apesar do consumo de álcool e substâncias ser referido como tendo papel ativo na agressão sexual, prejudicando a capacidade de tomada de decisões, de regulação emocional e de controlo da impulsividade (Baltieri & Andrade, 2008), esta ligação não é assim tão linear, ou seja, um sujeito que consome álcool, mesmo em excesso, não vai determinadamente cometer uma agressão sexual. O consumo de álcool e drogas parece ter uma ação facilitadora, ao invés de uma relação causal. Segundo Manita (2004), apesar de alguns indivíduos se tornarem mais agressivos após o consumo de álcool, não podemos afirmar que esse consumo é a causa da ofensa sexual. De facto, este consumo é utilizado muitas vezes como justificativa para os atos praticados, criando uma racionalização útil para evitar a responsabilidade pelos comportamentos ofensivos. Segundo a autora, a maioria dos agressores agride mesmo não estando sob o efeito de álcool e os que atuam sob o seu efeito direcionam a sua violência às mulheres e crianças, tornando-se assim um ato relacionado com questões de poder e de papéis de género mais do que um ato resultante da intoxicação (Manita, 2004).

A questão da violência na infância foi agrupada em duas categorias: a exposição a violência entre progenitores/cuidadores (testemunho de violência) e a violência exercida sobre o próprio. No que respeita ao testemunho de violência não foram encontradas diferenças significativas, pelo que a sexta hipótese de investigação não foi confirmada. Já no que concerne à violência sobre o próprio, foi testada a violência física, psicológica e sexual, sendo que só se obteve resultados significativos para a violência psicológica, com a maioria dos agressores sexuais (57.9%) a relatarem terem sido vítimas deste tipo de violência por parte dos progenitores/cuidadores. Estes resultados são corroborados por vários estudos que demonstraram uma associação entre a violência sofrida na infância e a propensão para a agressão sexual na idade adulta. Vieira (2010) refere ser comum o histórico de violência familiar e negligência na vida de agressores sexuais, enquanto Seidman e colaboradores (1994) demonstraram que esta população apresenta mais casos de violência familiar. Este aspeto foi também evidenciado num estudo de Weeks e Widom (1998), onde os autores referem que a percentagem de maus tratos infantis em agressores sexuais é superior à relatada pela população geral, sendo que uma percentagem significativa reporta casos de negligência parental. É importante ainda referir que a violência psicológica, apesar de ser menos visível, pode ter um impacto mais profundo e duradouro do que a violência física (Manita, 2005). Perante os resultados e as evidências da literatura, podemos afirmar que a

sétima hipótese de investigação foi parcialmente confirmada, uma vez que apenas se registaram resultados significativos ao nível da violência psicológica.

No entanto, tal como acontece com o consumo de substâncias, a associação entre os abusos sofridos na infância e a agressão sexual não é linear. De acordo com Manita (2005), muitos dos atuais agressores não sofreram qualquer tipo de violência durante a infância. A autora defende ainda que as possíveis “trajetórias desenvolvimentais” dos sujeitos são variadas, pelo que indivíduos que sofreram maus tratos na infância podem nunca vir a ser também eles agressores, reconhecendo as experiências de abuso que foram vítimas e superando-as (Manita, 2005). A exposição a violência na infância é de facto um fator de risco, mas não pode ser feita uma leitura determinística (Manita, 2004).

5. Considerações finais

O estudo desenvolvido teve como objetivo perceber quais os fatores de risco que podem ter influência no comportamento sexual agressivo. Para isso foram estudadas dimensões da personalidade, fatores situacionais e fatores familiares, de forma a conseguir uma abordagem integradora e sólida acerca do tema, uma vez que os estudos existentes na área versavam apenas sobre algumas características e não sobre um conjunto alargado de fatores. No entanto, este estudo apresenta limitações, desde logo no que respeita ao tamanho da amostra de cada grupo ($n = 30$). Esta limitação não nos permite generalizar os resultados e a leitura destes deve ser feita com cautela, percebendo-se que apenas se aplicam aos sujeitos estudados. Por outro lado, e tratando-se de dois grupos de reclusos, a questão da desejabilidade social impõe-se. Tratando-se de uma investigação através de questionários, os sujeitos podem ter respondido tendo em conta o que se considera socialmente aceitável, tentando passar uma imagem positiva de si mesmos. Além disso, sendo a investigação conduzida por uma mulher e estagiária dos serviços de educação do estabelecimento prisional onde estes homens se encontram reclusos, esta questão assume contornos ainda mais importantes. As respostas podem ter sido moldadas ao socialmente aceitável, não só pelo facto de se tratar de violência contra as mulheres, mas também porque no contexto em que estavam inseridos tentaram reforçar uma imagem positiva de si. Uma outra limitação que deve ser considerada diz respeito ao uso do ASSIST para a avaliação dos níveis de risco de consumo de álcool e substâncias. Este instrumento engloba o consumo de tabaco na avaliação dos consumos das diferentes substâncias e, sendo o tabaco um produto legal e de fácil acesso, verificou-se que todos os grupos pontuavam mais neste aspeto. A interpretação destes resultados deve, portanto, ser cautelosa e considerar que, na sua maioria, os sujeitos têm valores elevados de consumo de substâncias devido à questão do tabaco.

Os agressores sexuais não são de fácil classificação, pois apresentam experiências pessoais distintas, diferentes características de personalidade e estilos ofensivos (Abbey et al., 2006), o que os torna num grupo bastante heterogéneo. No entanto, a investigação nesta área é fulcral não só para a compreensão das atitudes dos agressores e das vítimas, mas também para a intervenção com estas populações, na medida em que uma melhor compreensão dos processos subjacentes à ofensa sexual pode contribuir para um delinear de estratégias de intervenção mais eficazes. Freese e colaboradores (2004) defenderam que a compreensão das atitudes face à violência sexual é de extrema importância, pois estas

atitudes podem ser sustentadas tanto por agressores como pelas próprias vítimas (Freese et al., 2004), dando espaço para o início de um ciclo de silêncio e de não denúncia das agressões sexuais.

Se por um lado a sociedade tem um efeito modelador nos homens, atribuindo-lhes um papel dominante e agressivo, por outro as mulheres têm vindo a afastar a noção de que são sempre submissas e dependentes do sexo masculino. No entanto, a vergonha e culpa associadas a uma violação ainda impedem muitas mulheres de denunciar o crime, principalmente quando este é perpetrado pelo companheiro. O estudo da agressão sexual deve contribuir para se afastar a ideia de que a vítima deve ter vergonha do que lhe aconteceu. Da mesma forma, deve também, e sobretudo, contribuir para que se percebam quais os fatores envolvidos na prática da agressão sexual. O que leva um homem a praticar tal ato. O que o satisfaz num comportamento agressivo tão íntimo. A ideia de que a motivação sexual não é a motivação principal para cometer uma violação também tem sido defendida, sendo que mais do que a sexualidade, a ideia de poder e controlo sobre as mulheres tem um lugar de destaque na motivação para cometer atos sexuais agressivos (Manita, 2005). Mais do que qualquer tipo de perturbação psicológica ou psiquiátrica, o desejo de controlar o sexo oposto parece ser um aspeto intrínseco à violação. Assim sendo, os estudos futuros não devem ter uma visão linear do fenómeno e devem procurar perceber de que forma esta dominância masculina influencia as práticas sexuais agressivas. Percebendo-se este mecanismo social de controlo, a intervenção com vítimas e com agressores pode tornar-se mais compreensiva e mais eficaz. Um outro aspeto fundamental na intervenção com agressores diz respeito à importância da intervenção precoce, da intervenção nas escolas desde cedo, de forma a que se possam evitar situações de violência no namoro e que essas situações progridam. A educação dos jovens, bem como a educação comunitária pode ser um trunfo na prevenção da violência interpessoal, ajudando na tomada de consciência acerca dos fatores de risco e mudando a ideia popular de que ninguém se deve intrometer no quotidiano de um casal. A violência contra as mulheres assume grandes proporções em todo o mundo e, apesar do pensamento ocidental estar a mudar no que diz respeito aos papéis de género, ainda há muito caminho a percorrer. Esta educação comunitária e precoce pode ser um contributo importante para que se mude formas de pensar e de atuar perante a violência contra as mulheres.

A sexualidade e as interações sexuais entre as pessoas devem ser livres, ser fruto de escolhas e de consentimento e não alvo de constrangimentos e coerção. Ao falarmos de violência sexual, falamos de atos extremamente íntimos que nunca deveriam ser forçados e

que, acima de tudo, não deveriam constituir experiências traumáticas para as mulheres. Daí que seja tão importante o estudo dos fatores envolvidos na prática deste crime, não só para as vítimas, mas também para os agressores. A vertente punitiva, na maioria das vezes, não surte qualquer tipo de efeito e após cumprirem a pena de prisão, estes homens reincidem no mesmo crime. A intervenção deve versar sobre as atitudes para com as mulheres, sobre o sentimento de poder e controlo e deve partir daí para tentar mudar as atitudes e crenças destes agressores.

Referências bibliográficas

- Abbey, A., Parkhill, M. R., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A. M., & Zawacki, T. (2006). Cross-sectional predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single african american and caucasian men. *Aggressive Behavior*, 32, 54-67.
- Abbey, A., Ross, L. T., McDuffie, D., & McAuslan, P. (1996). Alcohol and dating risk factors for sexual assault among college women. *Psychology of Women Quarterly*, 20, 147-169.
- Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P. O., Clinton, A. M., & McAuslan, P. (2004). Sexual assault and alcohol consumption: what do we know about their relationship and what types of research are still needed. *Aggression and Violent Behavior*, 9(3), 271-303. doi:10.1016/S1359-1789(03)00011-9
- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89–103.
- Agra, C. (2002). *Entre droga e crime: atores, espaços, trajetórias*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Anderson, W., Kunce, J., & Rich, B. (1979). Sex offenders: three personality types. *Journal of Clinical Psychology*, 35(3), 671-676.
- Baltieri, D. A., & Andrade, A. G. (2008). Comparing serial and nonserial sexual offenders: alcohol and street drug consumption, impulsiveness and history of sexual abuse. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(1), 25-31.
- Barroso, R., Leite, A., Manita, C., & Nobre, P. (2011). Between public agenda and the emergence of intervention programmes: sexual offenders within the portuguese context. *Sex Offender Treatment*, 6(2), 1-10.
- Barroso, R., Manita, C., & Nobre, P. (2011). Violência sexual juvenil: conceptualização, caracterização e prevalência. *Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, 21(3), 221-246.
- Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will: men, women and rape*. New York: Fawcett Columbine.
- Canavarro, M. C. (2003). Inventário de sintomas psicopatológicos (BSI). In M. R Simões, C. Machado, M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Avaliação Psicológica:*

- Instrumentos validados para a população portuguesa* (vol. 3), 305-330. Coimbra: Quarteto.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22, 77-104.
- Chakhssi, F., Ruitter, C., & Bernstein, D. (2013). Early maladaptive cognitive schemas in child sexual offenders compared with sexual offenders against adults and nonsexual violent offenders: an exploratory study. *Journal of Sexual Medicine*, 10, 2201-2210.
- Códigos Eletrónicos DataJuris, Código Penal. Datajuris, Direito e Informática, Lda.
- Coutinho-Pereira, A., & Gonçalves, R. (2009). Distorções cognitivas em agressores sexuais. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 2, 9-17.
- Craig, L., Browne, K., Beech, A., & Stringer, I. (2006). Differences in personality and risk characteristics in sex, violent and general offenders. *Criminal Behavior and Mental Health*, 16, 183-194.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. (2012). Análise confirmatória fatorial de uma versão portuguesa do Questionário de Agressividade de Buss-Perry. *Laboratório de Psicologia*, 10(1), 3-17.
- Dhawan, S., & Marshall, W. L. (1996). Sexual abuse histories of sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8(1), 7-15.
- Ferreira, J. (2009). *Busca de sensações e dependência alcoólica: um estudo com doentes alcoólicos*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Francia, C. A., Coolidge, F. L., White, L. A., Segal, D. L., Cahill, B. S., & Estey, A. (2010). Personality disorder profiles in incarcerated male rapists and child molesters. *American Journal of Forensic Psychology*, 28(3), 1-14.
- Frese, B., Moya, M., & Megías, J. L. (2004). Social perception of rape: how rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 143-161.
- Gonçalves, R. A. (2003). Ofensores sexuais: algumas questões em torno da sua caracterização e intervenção. In E. Sá (Coord.), *Quero-te! Psicologia da sexualidade*, 133-146. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. (2004). Agressores sexuais em meio prisional: investigação, avaliação e intervenção. *Direito e Justiça, n.º especial*, 127-140.
- Gonçalves, R., & Vieira, S. (2005). Avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, 1, 81-92.

- Gorman-Smith, D., Tolan, P. H., Loeber, R., & Henry, D. B. (1998). Relation of family problems to patterns of delinquent involvement among urban youth. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 26(5), 319-333.
- Guerra, R., & Soeiro, C. (2009). O crime de violação: tipologias e a técnica dos perfis criminais. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 35-48.
- Henrique, I., Micheli, D., Lacerda, R., Lacerda, L., & Formigoni, M. (2004). Validação da versão brasileira do teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias (ASSIST). *Revista da Associação Médica Brasileira*, 50(2), 199-206.
- Holmes, S., & Holmes, R. (2009). *Sex crimes: Patterns and behavior*, 10, 171-195. Londres: Sage Publications.
- Laws, D. R., & O'Donohue, W. (1997). *Sexual deviance: theory, assessment and treatment*. 19, 356-393. New York: The Guilford Press.
- Levenson, J., & Grady, M. (2016). The influence of childhood trauma on sexual violence and sexual deviance in adulthood. *Traumatology*, 22, 94-103.
- Loh, C., Gidycz, C. A., Lobo, T. R., & Luthra, R. (2005). A prospective analysis of sexual assault perpetration: risk factors related to perpetrator characteristics. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1325-1348.
- Lyn, T. S., & Burton, D. L. (2005). Attachment, anger and anxiety of male sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 11, 127-137.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2000). Escala de crenças sobre a violação (ECV). Braga: Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso: respostas simples para questões complexas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Malamuth, N. M., Check, J. V. P., & Briere, J. (1986). Sexual arousal in response to aggression: ideological, aggressive, and sexual correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 330-340.
- Malamuth, N. M., Heavey, C. L., & Linz, D. (1996). The confluence model of sexual aggression: combining hostile masculinity and impersonal sex. In E. Coleman, S. M. Dwyer, & N. J. Pallone (Eds.), *Sexual offender treatment – Biological dysfunction, intrapsychic conflict, interpersonal violence*, 13-37. New York: The Haworth Press.
- Malamuth, N. M., Linz, D., Heavey, C. L., Barnes, G., & Acker, M. (1995). Using the confluence model of sexual aggression to predict men's conflict with women: a ten-year follow-up study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 353-369.

- Manita, C. (2004). Uma outra via para a não violência: a intervenção psicológica em agressores. *Polícia e Justiça, n° especial*, 169-187.
- Manita, C. (2005). Dinâmicas e consequências do abuso sexual de menores: elementos para uma crítica das leituras abusivas do fenómeno como comportamento adictivo ou como consequência de dependências. In C.A.T (Eds.), *Colectânea de textos do C.A.T. das Taipas*, 14, 41-57. Lisboa: Centro das Taipas.
- Marshall, W. L. (2001). Adult sexual offenders against women. In C. R. Hollin (Eds.), *Handbook of offender assessment and treatment*, 22, 333-343. New York: John Wiley & Sons.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender*, 257–271. New York: Plenum.
- Marshall, W. L., Cripps, E., Anderson, D., & Cortoni, F. (1999). Self-esteem and coping strategies in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(9), 955-962.
- Marshall, W. L., Laws, D. R., & Barbaree, H. E. (1990). Issues in sexual assault. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender*, 3–7. New York: Plenum.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Serran, G. A., & O'Brien, M. D. (2009). Self-esteem, shame, cognitive distortions and empathy in sexual offenders: their integration and treatment implications. *Psychology, Criminal and Law*, 15, 217-234.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios.
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30, 177-191.
- Maruna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminal Psychology*, 11, 155-177.
- Marx, B. P., Wie, V. V., & Gross, A. M. (1996). Date rape risk factors: a review and methodological critique of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 1, 27-45.
- Pechorro, P., Barroso, R., Poiares, C., Oliveira, J. P., & Torrealday, O. (2015a). Validation of the Buss–Perry Aggression Questionnaire-Short Form among portuguese juvenile delinquents. *International Journal of Law and Psychiatry*, 44, 75-80.

- Pechorro, P., Pascoal, P. M., Figueiredo, C. S., Almeida, A. I., Vieira, R. X., & Jesus, S. N. (2015b). Validação portuguesa da Escala de Busca de Sensações Sexuais (SSSS). *Revista Internacional de Andrología*, 87, 1-6.
- Peixoto, J., Matos, M., & Machado, C. (2013). Violência sexual no namoro: os atletas universitários como grupo de risco? *Psicologia*, 27, 133-156.
- Pervan, S., & Hunter, M. (2007). Cognitive distortions and social self-esteem in sexual offenders. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 3(1), 75-91.
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Redondo, S., Luque, E., Navarro, J. C., & Martínez, M. (2005). Análisis empírico de las características y los factores de riesgo de reincidência en una muestra de agresores sexuales encarcelados. *Anuario de Psicología Jurídica*, 15, 135-157.
- Sanday, P. (1981). The socio-cultural context of rape: a cross-cultural study. *Journal of Social Issues*, 37(4), 5-27.
- Scully, D. (1988). Convicted rapists' perceptions of self and victim: role taking and emotions. *Gender and Society*, 2(2), 200-213.
- Seidman, B., Marshall, W., & Hudson, S. (1994). An examination of intimacy and loneliness in sex offenders. *Journal of interpersonal violence*, 9, 518-534.
- Ullman, S. E., Karabatsos, G., & Koss, M. (1999). Alcohol and sexual aggression in a national sample of college men. *Psychology Women Quarterly*, 23, 673-689.
- Vieira, S. (2010). *Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento*. Tese de doutoramento. Braga: Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Journal of Aggression and violent behavior*, 5, 491-507.
- Ward, T. (2001). A critique of hall and hirschman's quadripartite model of child sexual abuse. *Psychology, Crime & Law*, 7, 333-350.
- Ward, T., Gannon, T., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: the judgement model of cognitive distortions in sexual offenders. *Journal of Aggression and Violent Behavior*, 11, 323-340.
- Ward, T., Hudson, S. M., & Marshall, W. L. (1996). Attachment style in sex offenders: a preliminary study. *Journal of Sex Research*, 33, 17-26.
- Ward, T., Keenan, T., & Hudson, S. M. (2000). Understanding cognitive, affective and intimacy deficits in sexual offenders: a developmental perspective. *Aggressive and Violent Behavior*, 5(1), 41-62.

- Ward, T., McCormack, J., Hudson, S. M. & Polaschek, D. (1997). Rape: assessment and treatment. In D. R. Laws & W. O'Donohue (Eds.), *Sexual deviance: theory, assessment and treatment*, 356-385. New York: The Guilford Press.
- Weeks, R., & Widom, C. S. (1998), Self. reports of early childhood victimization among incarcerated adult male felons. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(3), 346-361.
- Weisskirch R. S., & Murphy L. C. (2004). Friends porn and punk: sensation seeking in personal relationships internet activities and music preference among college students. *Adolescence*, 39(154), 189-201.

Anexos

Anexo 1: Declaração de consentimento informado



Consentimento Informado

Mestrado Integrado em Psicologia

Universidade do Porto

No âmbito da minha dissertação de mestrado na área de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, encontro-me a realizar um estudo com o objetivo de perceber quais os fatores que têm influência na prática de crimes sexuais.

Deste modo, venho pedir a sua colaboração no preenchimento de um questionário que me ajudará a alcançar os objetivos do estudo.

Neste estudo é garantida a total confidencialidade e anonimato das informações por si prestadas, sendo que estas serão utilizadas apenas para fins de investigação.

A sua colaboração é estritamente voluntária, não trazendo qualquer prejuízo se não aceitar participar e a qualquer momento poderá desistir da sua colaboração, se assim o pretender.

Se tiver alguma questão ou dúvida em relação ao estudo, sinta-se à vontade para a colocar.

Eu, _____,
declaro que tomei conhecimento dos objetivos do estudo em questão e que fui informado de todos os aspetos deste. Declaro ainda que me foi dada a oportunidade de colocar todas as questões e dúvidas que me surgiram. Assim, é da minha vontade colaborar neste estudo de forma consciente e voluntária.

Paços de Ferreira, ____ de _____ de _____

(Assinatura)